

ATA DA 3ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 07/05/2015

PRESIDENTE

JOSÉ DE FILIPPI JR

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

SECRETARIO GERAL DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

Início: 14h

Término: 20h

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil

MARIA ADENILDA MASTELARO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
NILTON SOUSA DOS REIS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
JOSÉ DA GUIA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
MARCIONÍLIA NUNES DE OLIVIERA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
MARIA DE LOURDES M. SANTOS SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
JOSÉ LEONILSON DE QUEIROZ ALMEIDA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL
MARIA JOSÉ DE SOUSA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
LOURDES MARIA DE QUEIROZ (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
ARNALDO MARCOLINO DA SILVA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
JARQUELENE OLIVEIRA DO NASCIMENTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MANOEL COSTA FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ALEX APARECIDO LEITE DE ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CRISTINA HATSUE YOSHIKAWA LEITE ARAÚJO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

PAULO MARTINS MOREIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
REGINA CELIA PEDROSA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde

ÉDER GATTI FERNANDES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARÍLIA DAPENA FERNANDEZ (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
ANA ROSA GARCIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
WALNEY ARAÚJO DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
MARIA LÚCIA VIEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

Representantes das Instituições Governamentais

RENATO NOGUEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
MARIA JOSÉ R. RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público

RICARDO FERNANDES DE MENEZES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
GIANE SANT'ANA ALVES OLIVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
CASSIA LIBERATO MUNIZ RIBEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DENIZE CALVO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MAGALY EZEQUIEL (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência

JOSÉ DE FILIPPI JR. (TITULAR) – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULO DE TARSO W. FRANGETTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
MAURÍCIO SILVA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
SHEILA VENTURA PEREIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
JOSÉ AUGUSTO QUEIROZ (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (TITULAR) REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARIA LÚCIA ZARVOS VARELLIS (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ERIK OSWALDO VON EYE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
PATRÍCIA RODRIGUES MOLINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

III – Ausentes

ANA MARIA FERREIRA QUAIATO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
IDECLÉIA GENEROSO DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
ARLETE PESCAROLO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTONIA SOARES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
AUGUSTA DE MELO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
GERSONITA PEREIRA DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EULÁLIA ALVES CORDEIRO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
PAULO HENRIQUE FRACCARO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS SINDICATOS PATRONAIS
FRANCISCO PEREIRA LIMA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ROSILANIA CORREIA LIMA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS
ANUSKA PINTUCCI SALES SALES DA CRUZ SCHNEIDER (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
MARIA APARECIDA FRANCELINA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS

DURVAL RODRIGUES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ADRIANA MARIA LOPES VIEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
IRAMIR BASTOS GOMES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
CASSIA XAVIER (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
PEDRO FELIX VIDAL JUNIOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CÁSSIO ROGÉRIO DIAS LEMOS FIGUEIREDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
JOSÉ OLÍMPIO MOURA ALBUQUERQUE (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

IV – Visitantes:

Conforme Lista

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS-SP

JULIO CESAR CARUZZO

DIGITAÇÃO: AMANDA SAMPAIO MACHADO DA SILVA E EMMANUEL DUDA CÂNCIO DOS SANTOS

REVISÃO GERAL: JULIO CESAR CARUZZO

APOIO: SECRETARIA GERAL DO CMSSP

PAUTA: CRISE FINANCEIRA NOS CONTRATOS DE GESTÃO

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Inicia a reunião. Solicita a todos o maior silêncio possível, em razão da necessidade da conselheira Eulália. Informa que a Sra. Cláudia Maria Afonso Castro, Coordenadora de Saúde da Região Leste representará o Secretário Municipal da Saúde. Informa também a presença dos representantes de diversas Organizações Sociais: Dr. Proença e Ademir - CEJAM, Dr. Mário - SPDM, Maria José e Rosecler - ASF, Cleiton e Rozeana - SECONCI, Henrique e Gérson – Santa Casa, Cecília – Santa Marcelina, Alberto Kanamura - Einstein, Sérgio – OS da Santa Casa de Santo Amaro e o Dr. Edison Ferreira – SINDHOSFIL. Apresentação será dividida em três partes: Organizações Sociais, Secretaria e depois abertura para os conselheiros.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa, Presidente do Fórum das Organizações Sociais: Ressalta a importância deste momento, e a importância deste canal de comunicação e transparência que é o Conselho Municipal de Saúde. Diz que participou dos primeiros conselhos criados na gestão da Luiza Erundina e que hoje, mais do que nunca, luta por um Sistema Público de qualidade. Hoje tem a honra de coordenar o Fórum das Organizações Sociais que participam das políticas de saúde no município e poder colaborar com o gestor do sistema que é a Secretaria Municipal da Saúde e o Ministério da Saúde. Propõe que com certa periodicidade, que a cada três ou quatro meses seja feita reunião com as OS, CMS e SMS. Como coordenador do CEJAM, diz que o plano de trabalho é feito a quatro mãos, com discussão com as regiões. Integração entre o público e o privado com a participação dos conselhos fará a melhoria do sistema. Acha importante a iniciativa da SMS de reestruturar os cargos, pois assim cria condições para que os médicos possam trabalhar no serviço público e não procurar o privado. Dificuldade econômica pela qual passa o país ocasiona dificuldades para ambos. Os salários para os profissionais devem estar de acordo com o mercado de trabalho. Planos de carreira adequados, condições de trabalho, etc. Acompanha junto à gestão as dificuldades em obter recursos para a área da saúde. Todas as informações sobre os contratos estão disponíveis para consulta da população ou órgãos fiscalizadores.

Dr. Edison Ferreira da Silva, Presidente do SINDHOSFIL: Acha importante esse tipo de discussão. Parabeniza ao conselho pela iniciativa e concorda com o Dr. Proença que deva haver uma reunião como essa a cada três ou quatro meses.

Dr. Mário Silva Monteiro, SPDM: Esta discussão é impar. Estão à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Fala que SPDM é o nome jurídico para o Hospital São Paulo. Em relação ao orçamento, especificamente quanto aos contratos de gestão, existem diversos fatores que estão sendo analisados nessa crise que está sendo vivenciada, como a falta de médicos, demora no atendimento, etc. Isso é um reflexo do sistema como um todo. Existe um parecer jurídico da SMS que diz que os contratos de gestão não poderiam sofrer reajustes anuais em relação ao aumento dos seus custos. O orçamento que está sendo trabalhado hoje é de 2008. Esse é o principal motivo pelo qual existe uma grande dificuldade na execução dos contratos de gestão. Dá como exemplo o plano de trabalho original da região de Aricanduva, Sapopemba e São Mateus. São 336 médicos, com salário 2508 reais de 2008. Hoje, com reajustes, esse salário seria 3752 reais. É impossível essa conta fechar. Há uma diferença de 400 mil reais para manter o mesmo número de médicos no dia de hoje. Por isso há uma dificuldade na contratação de médicos e a SMS está sensível a isso. Para os contratos de chamamento deste ano, o orçamento foi adequado à nova realidade. O orçamento de RH vigente é de 6,3 milhões. No novo contrato é 8,7 milhões. Acredita que com esse novo contrato melhorará a capacidade de execução. Existe uma dificuldade muito grande na contratação de novos profissionais, principalmente médicos. Principal dificuldade foi esse congelamento ocorrido ao longo desses sete anos. Hoje estão impossibilitados de manter o acordado em 2008 com a realidade de 2015.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Registra protesto pela ausência do secretário na reunião, independente de o mesmo ter indicado uma profissional para representá-lo.

Sérgio Edison, Diretor Administrativo do Pronto Socorro de Santo Amaro: Devido às obras do metrô, estão atendendo dentro da Santa Casa de Santo Amaro. É necessário um diálogo melhor com todos os segmentos que interagem com a Santa Casa. Fez reclamações inclusive na ouvidoria da prefeitura sobre as necessidades da Santa Casa. Está enviando ao Núcleo Técnico relatórios sobre as necessidades para atendimento.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa, Presidente do Fórum das Organizações Sociais: Todas as Unidades de Saúde administradas pelo CEJAM possuem conselhos gestores paritários. Ressalta que dão muita importância ao SAU e a prestação de contas aos conselhos. Todos os recursos que são apresentados nas propostas de trabalho são estudados previamente com a SMS, com as coordenações das regiões e supervisões. Dentro do possível os valores são estudados e definidos em comum acordo. Nem sempre é possível que os repasses aconteçam nas datas previstas, não depende da Secretaria.

Maria José Rollo Ribeiro Representante da ASF e Conselheira Municipal de Saúde: Diz que é uma oportunidade única esta reunião com as OS. As Organizações Sociais são entidades filantrópicas que não visam lucro. Para obter este título é necessária aprovação pelo Ministério, que é um processo muito rigoroso. A Associação Saúde da Família presta contas todos os meses tanto para a SMS quanto para os conselhos gestores.

Cláudia Maria Afonso de Castro Coordenadora de Saúde da Região Leste e representante do Secretário Municipal da Saúde: Reconhece o espaço do Conselho como espaço de participação. Fala que em 2008 se iniciou o formato dos contratos de gestão. Este formato chegou ao esgotamento. O modelo estava ultrapassado. Não previa dissídio, não previa décimo terceiro. É nítido que algumas coisas foram deixadas de fazer seja RH ou assistência. Estamos no momento de um novo chamamento com um novo formato e mais adequado. Este novo modelo faz com que a assistência não pague o preço de um modelo de contrato. Modelo que faz com que tenha uma equipe mínima, onde a produção tem que estar associada às metas com essa equipe mínima. Claro que o modelo está maior. Não esquecer que os convênios tinham um modelo de financiamento e os contratos outro. Este novo modelo foi acompanhado o tempo todo por este conselho. Se desde o início houvesse essa proximidade, talvez estes contratos já teriam sido corrigidos durante os anos anteriores. Apóia a realização dessas reuniões a cada três meses. Este novo modelo, com o acompanhamento do conselho é muito importante. Discussões dentro das

regiões com o acompanhamento dos supervisores torna esse modelo um modelo mais fiel à realidade da região.

O Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Diz que sente-se honrado por ser conselheiro, mas que hoje está como gestor que coordena o grupo de trabalho responsável a que diz respeito a pauta. Lembra que a Dr^a. Claudia está representando o Secretário neste momento e como tal deve ser respeitada, pois está há muitos anos na casa e tem conhecimento do assunto. Os contratos de gestão, desde 2008, não permitem readequação em relação a salários, e demais necessidades, não têm essa permissão. Em 2013, assumimos e percebemos a deficiência desses contratos. Ainda em 2013 começou a ser elaborado esse novo formato que permite um maior controle e acompanhamento pelos conselhos e supervisões. Conselheiros poderão fazer o acompanhamento desses contratos, online. Hoje já há dois contratos assinados e em execução: Capela do Socorro e Parelheiros. Outros cinco contratos assinados: Lapa, Ipiranga, Mooca, Capão Redondo e Perus-Pirituba. Outros sete estão sendo trabalhados para assinatura ainda este mês. Estão trabalhando com muita transparência dentro de um princípio de concorrência pública. O plano de trabalho dos novos contratos foi desenvolvido de acordo com as necessidades identificadas pela Gestão em todos os seus níveis e as OS interessadas se candidataram, de acordo com o plano de trabalho previsto. Saúde tem prioridade para recursos. Secretário tem participado de diversas reuniões com diversas pastas para equacionar questões financeiras. Estamos equacionando em todos os aspectos as necessidades das regiões com os contratos. Temos metas de produção e quantidade efetiva, qualidade x quantidade. Durante o lançamento do primeiro edital ele foi sendo aperfeiçoado ao longo de um ano. O processo foi feito com lisura e transparência, com o acompanhamento do Tribunal de Contas, do Conselho e também das OS.

Cláudia Maria Afonso de Castro Coordenadora de Saúde da Região Leste e representante do Secretário Municipal da Saúde: Informa que o Secretário está em uma reunião com o Secretário de Finanças, por isso sua ausência.

A Assessora de Gestão Participativa da SMS, Maria Cícera de Salles: Os conselhos têm que fazer o seu papel. Muitas vezes não conseguem. Conselheiro tem que falar sempre, gostando ou não. Este governo prima pela participação, apesar de em alguns lugares os conselhos não conseguirem a fala. Para que as coisas funcionem da melhor forma possível, os conselhos devem ser ouvidos. Quando foi conselheira, diversas das pessoas que estão presentes na reunião participava da gestão na época, e sempre foi pautada a questão de os conselhos participarem e nunca tiveram acesso. Nas regiões também devem ter conselheiros que participem ativamente da questão dos contratos de gestão. A ouvidoria está sendo reestruturada.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Questiona ao Dr. Fernando sobre atrasos nos repasses às OS. Este conselho nunca teve conhecimento sobre isso, a não ser por conselheiro que relatou atraso da OS onde ele atua. Quando houve atrasos? São comuns? Qual a periodicidade disso, e qual a justificativa? Isso não chega às comissões do conselho.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lembra que solicitaram ao Dr. Filippi a apresentação das regiões e a peça orçamentária. Foram tratadas as regiões e a peça orçamentária ficou para ser tratada posteriormente. Até o momento não receberam o orçamento para análise. Os representantes da sociedade acreditam no chamamento e a sociedade e o controle social estão no aguardo para que isso aconteça. Qual o prazo final para o edital do chamamento? Quando será feito o novo edital para os que ficaram vazios? A AMA é um modelo que ainda compramos. Na região da Penha existem 07 AMA, sendo 06 da SPDM, sem profissionais, a do SECONCI tem. As AMA não podem ficar do jeito que estão.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Solicita questão de ordem. A conselheira está com uma lista de perguntas antes do início do processo. Acreditou que haveria uma resposta rápida para continuar efetuando as questões.

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: As conferências frisam bastante a questão do Controle Social. O conselho que está nas unidades deve saber sobre a capacidade deste contrato, questões sobre o RH, valores repassados para a secretaria. A SPDM é a administradora também do Hospital São Paulo. Existe um controle efetivo em relação às verbas de atendimento? Se a Santa Casa recebe verbas, como é essa gestão já que duas vezes a Santa Casa esteve pra fechar? O conselho sempre pede para acompanhar de perto as discussões sobre o conselho. É um pedido do conselho a senha do WEBSAASS, mas nunca chega. Houve uma reunião sobre o Hospital de Vila Santa Catarina para acompanhar as obras do hospital. O que foi passado é que nem ao final da gestão Haddad este hospital será entregue. Cada hora aparece um problema em relação à obra. Como está o repasse de verba sobre isso?

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: O conselho esteve presente em todas as discussões em que foram chamados. É membro da comissão de acompanhamento desses contratos, juntamente com o conselheiro Deodato e sempre que foram chamados estiveram presentes. Existe uma grande dificuldade em relação à prestação de contas na base. Só vem a informação da produção, não de financeiro. Chama a atenção que até 2012 ninguém pediu alteração e quando entrou a gestão atual, solicitaram alterações e aumento no valor. Fala que uma empresa prestadora de serviços na região de Cidade Tiradentes está há 90 dias sem receber, porque a secretaria não repassa o dinheiro. O Núcleo Técnico informa que não existe atraso. Os contratos estão defasados. É necessária a divulgação de todas as informações necessárias. O controle social na base tem que ser respeitado.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que algumas unidades estão há um ano sem médico e informam que é por não ter recursos para realizar este contrato. Este conselho aprovou uma resolução que contradiz esta fala de que o governo valoriza a questão social. Os contratos permitem aditamentos que eram feitos anteriormente. Existem profissionais que ainda não foram solucionados em relação à realocação. Existe a questão da demissão e os valores referentes às rescisões destes contratos. A SMS congelou 25% do valor as OS devido a crise. A saúde não tem sido a prioridade. O que tem sido é uma faixa vermelha no asfalto.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Está preocupada com a falta de médicos, com as pessoas morrendo. Cada instituição funciona de um jeito. O sistema SAU é muito bom, mas em cada instituição é feito de um jeito. Sabe de uma pessoa que precisa de quimioterapia há 35 dias. Já foram tirados 65 tumores desta pessoa, e nós temos que ficar correndo atrás. Depois de 30 anos de luta, conseguimos 02 CAPS no Campo Limpo. Sobre a regulação, temos que priorizar as pessoas mais graves. Temos que trabalhar em cima do acolhimento, da humanização. Fazer com que o PSF trabalhe de verdade em cima das necessidades de cada família. Às vezes a doença não é física apenas.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Informa que junto à conselheira Adenilda, participou da comissão que acompanhou a implantação dos dois primeiros contratos de gestão. Acha que deveria haver o acompanhamento de mais conselheiros. Quem sofre com as crises são os usuários. É necessário o acompanhamento pelos conselheiros, para facilitar as definições e alterações que sejam necessárias para atender a população.

O Conselheiro Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Um fator que devemos pensar é a vulnerabilidade. Devemos dar mais valor a outras questões além das de RH, produtividade, etc. Deve-se respeitar o Plano de Saúde que foi feito, respeitando as especificidades de cada região. Qual a política que existe para os trabalhadores da OS? Esse não é o local para discutirmos a crise.

Dr. Edison Ferreira da Silva, Presidente do SINDHOSFIL: Cumprimenta ao conselheiro Arnaldo pelas sábias palavras e diz que está representando o Sindicato das Santas Casas. Fala que a crise na Santa Casa de São Paulo é uma questão pontual e que as investigações estão a cargo do Ministério Público. Lembra que a Santa Casa está sob gestão estadual.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: As pessoas portadoras de patologias dependem muito do SUS. Quais são os critérios de contratação das OS? Qual o critério e a avaliação das áreas técnicas para as equipes multiprofissionais? Como é controlado o uso das verbas nos equipamentos?

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Lembra que sempre ressaltou que havia déficit nos contratos de gestão. Os contratos deveriam prever determinadas questões que não são contempladas. O valor atualizado é de quase R\$ 20 milhões. É importante manter este canal aberto para discussão, pois as OS não tem motivos para mentir. O que é firmado nos contratos deve ser cumprido. Desde as outras gestões existem solicitações a respeito de aumento no RH, porém sem atualização do recurso que era disponibilizado no contrato. O interesse da OS é cumprir o contrato, e não acumular ônus com isso. O contrato é firmado entre ambas as partes, e as mesmas devem fazer o necessário para cumpri-lo.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Os contratos de gestão tem duração inicial de cinco anos, ou seja, iniciarão nesta gestão e se estenderão para a próxima. As OS não recuaram nestes últimos anos, ao contrário, avançaram mais em algumas regiões. Sobre os contratos em vigência, é necessária uma atenção sobre o financiamento e os recursos humanos. A prefeitura tem que auxiliar nestas questões, não pode apenas observar. Os salários da OS estão defasados e disputam profissionais entre si, o que faz com que as unidades da periferia sejam as mais prejudicadas. O gestor público, as OS e os sindicatos têm que discutir e resolver essa questão.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Existe uma luta política para transformar a saúde em produto. É necessário realizar documentos solicitando explicações a quem os problemas são de direito, como o Secretário Estadual da Saúde. Já foram detectados problemas reais em outras reuniões que foram investigados pela gestão. Existem muitas reclamações de unidades geridas pela OS. É muito bom que os conselhos e as OS tenham estas discussões para aproximar a relação. O que se transfere para esse novo contrato? As informações devem chegar para o conselho, OS por OS, quanto foi repassado, com discriminação por itens para que o conselho como um todo consiga visualizar.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa, Presidente do Fórum das Organizações Sociais: Diz que não estão ocorrendo atrasos. Este ano não houve atrasos. Os repasses em relação aos ajustes necessários é que são mais complicados. Na administração anterior, ocorreu de não acontecer o repasse do valor completo, por conta da troca de administração. Todas as dificuldades colocadas têm se tentado contornar com repasses da SMS. Existe problema em relação às contingências, como 13º, demissões sem justa causa, etc. No site existem essas informações, inclusive de aplicações do valor que são obrigatórias para manter o valor do recurso. Alguns compromissos financeiros passaram para as OS, como limpeza, segurança, sem que houvesse o repasse. A maioria das unidades está funcionando, atendendo da melhor maneira que é possível na situação. Estamos tentando cumprir nossa obrigação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: As falas são conflitantes. As pessoas que trabalham dizem que houve atraso. Os representantes das OS dizem que não ocorreram. Quanto é pago por cada um dos profissionais da OS? Os profissionais concursados tiveram seu salário bruto exposto no site por conta da transparência. Quanto a prefeitura paga por um médico, e quanto esse médico recebe de salário efetivamente? Relata que viu em Cidade Ademar trabalhador da OS chegar com peruas pagas pela OS no momento de reuniões. Chegou a ouvir relatos fora da reunião, de que concordavam com a opinião dada, mas iriam votar com a gestora. Só levantavam o crachá após a gestora da OS levantar. Existem casos gravíssimos de tentativa de suicídio, por conta de discriminação e diferenciações entre profissionais de OS e da gestão direta. Proteções em relação aos trabalhadores de OS. Tudo isto está documentado. A prefeitura demonstra-se muito preocupada em adequar o salário dos profissionais da OS, enquanto os dos profissionais de carreira está esquecido. Os leitos das OS são gerais. As informações não chegam para a avaliação das comissões. Adequaram os contratos, tirando de

onde? O secretário admitiu que havia feito as divisões. Isso não é transparência. A prestação de contas do RAG 2013 será avaliada na próxima reunião da forma que estiver.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: A reunião era com o tema Crise das OS, e após a apresentação, parece que não existe crise financeira. Na fala do conselheiro Renato, ficou a informação de que se existe alguma crise é na OS que ele trabalha. Os contratos antigos tinham problemas que estes novos irão resolver. A OS informa que houve um corte que a SMS diz que não aconteceu.

A Coordenadora da Ouvidoria da Saúde, Márcia Regina de Mattos Chaves: Em relação ao SAU, estamos tentando caminhar juntos, mas ainda está em processo de adequação. Considerar o SAU hoje como forma de participação popular é dúvida. O conceito é diferente. O SAU tem que fazer pesquisa de satisfação, que é uma forma de ouvidoria. Estamos trazendo por conta do chamamento, os parceiros para atuar em conjunto conosco. Estamos capacitando os profissionais. Quando se compara dentro do sistema OuvidorSUS, as demandas recebidas e registradas são dez vezes maiores por nós, do que realizadas por eles ainda. O valor ainda é muito baixo para ser considerado como participação popular. Caixa de sugestão deve ser discutido aqui. Nós realizamos checagem das demandas. Ligamos para municípios e questionamos se eles haviam ligado para o SAU, e alguns responderam que não, o SAU é que havia ligado para eles. Isso é pesquisa de satisfação. Isso não é proibido, mas não é ouvidoria. Eu tenho SAU que só registra elogio, enquanto em outras formas de controle os elogios estão lá embaixo. A ouvidoria é o canal de comunicação que está sendo utilizado e reforçado por esta administração.

José Jailson da Silva, Diretor do SindComunitários: Os ACS, assim como os demais profissionais que compõem a estratégia de Saúde da Família, não podemos pagar a conta da crise. Temos que encaminhar soluções para isso. A nossa profissão nos obriga a ser população da região. Assim sofremos duas vezes, como profissional e como população. Já tivemos atrasos de salários, pontuais, mas tivemos. A população cobra resultados dos profissionais. Independente do modelo que seja adotado, o serviço tem que ser da melhor qualidade. Existe uma tecnologia chamada SIAB Fácil, que nos ajuda a eliminar a burocracia, e dá mais tempo para ouvirmos a população. Os ACS precisam ser qualificados. Muitos só fizeram o primeiro módulo do curso de ACS. Precisamos esclarecer os ACS, por conta dos contratos de gestão que têm tantas mudanças e nenhuma explicação. Queremos saber se iremos perder nossos empregos. Antes não havia um piso salarial dos ACS e que agora existe. As crises são para que encontremos soluções e possamos crescer com isso. Sugere que a SMS busque apoio de outras secretarias.

A ex-conselheira, Maria Helena Lima de Freitas: Em todos os mandatos que tive, fiquei no Orçamento e Finanças. Existiam três pontos principais, as alianças eleitorais, a reforma democrática e a frente única do trabalhador. Não podemos ter medo de retornar às origens. O conselho precisa existir com responsabilidade. Sem isso o conselho não terá como controlar, acompanhar as ações feitas na ponta. Deve haver uma gestão intersecretarial acompanhando tudo. O serviço privado na política pública está focado no serviço de governo. O serviço deveria ser para o Sistema Único de Saúde. Deve haver respeito ao trabalhador.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa, Presidente do Fórum das Organizações Sociais: O que queremos é este diálogo. A SMS tenta oferecer e dispor de alguma coisa que possa oferecer isso. Procuramos respeitar o trabalhador e nossa responsabilidade dentro da unidade. Esta perspectiva de chamamento é para corrigir algumas regras e situações que estavam incorretas. Não sabemos até que ponto interessa tanto a quantidade de atendimentos, mas sim a melhoria dos indicadores de saúde. Os profissionais não têm taxímetros para avaliarmos que se não atingiu determinada meta não serve. Nós temos por obrigação as ouvidorias externas, por empresas contratadas. Houve uma reunião por que estamos preocupados em relação aos médicos. Eles podem ter mais de um vínculo, isso é permitido mas está gerando uma situação nova, onde estamos ultrapassando o limite de horas de trabalho dos profissionais. Agora é uma

oportunidade de exercitarmos a participação popular com estes novos contratos. Precisamos da ajuda de todos para identificar as necessidades.

O Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Sobre as questões de ajustes e aditamentos, é um equívoco de interpretação do conselheiro Alex. Os aditamentos continuam sendo feitos. Não podemos reajustar contratos lamentavelmente, por força contratual legal. Quando não havia recurso para treze, por exemplo, fizemos aditamentos para poder aportar recursos para cobrir as despesas. Não tenho a certeza de que haverá rescisões de contrato. Estamos trabalhando nestas alterações para evitar demissões ou rescisões contratuais. Intermediamos entre as que estão saindo e que estão chegando, utilizando a sucessão trabalhista sem perda salarial. Assumimos um risco de todas as OS serem trocadas. O que ocorre é que nem em todos os territórios irão ocorrer alterações tão discrepantes, com exceção da Zona Norte, onde a entidade teve um problema que repercutiu na sua documentação, inabilitando-a. O secretário determinou que o SAMU priorize o atendimento no intuito de humanizar o atendimento à população. Quando ocorrem rescisões de contratos vigentes, as OS pagam os valores devidos e passam esses valores para a SMS. Em fevereiro de 2013, por conta de um decreto, fizemos reuniões com todos os prestadores de serviços da Prefeitura de São Paulo. Esta redução foi de 9%, porém, a entidade Santa Marcelina quando fez em comum acordo com a SMS, o aditamento estabelecendo a redução de contrato e isto se estendeu até hoje. As demais não fizeram aditamento para redução. Fez se a redução e na sequência voltou-se a repassar o valor normal. Esta questão já foi tratada pelo gabinete da SMS, coordenadoria de finanças, os representantes legais da entidade, inclusive a última tratativa foi feita no gabinete do prefeito. A entidade trouxe o material onde demonstra os valores questionados, e nós temos que realizar as confirmações necessárias. A OS Santa Marcelina mantém quatro contratos de gestão com a SMS, que não sofreram aditamentos e receberam o valor normal. Nossa pretensão não é jamais mexer na assistência. Os valores serão divulgados quando a Santa Marcelina tiver o bom senso de enviar os ofícios pelos quais ocorreram as conversas. Até 31 de maio iremos concluir todos os chamamentos que já estão em negociação os demais serão feito um processo para conseguir concluir até 31/06. Se não for possível, tentaremos prorrogar por mais um período. Em 2013, o NTCSS treinou conselheiros (Alex, Raimundo Caetano) para acessar ao WEBSAASS. O conselho deve indicar as pessoas que irão participar de capacitação e assinar termo de responsabilidade para este acesso. Em relação aos cortes e ajustes, estamos fazendo uma gestão financeira nos contratos e convênios. As entidades suprimiram algumas necessidades gastando recursos dos convênios, que em muitos casos tinham muito valor acumulado. Iremos avançar na questão de humanizar e harmonizar a situação. Este contrato novo permite uma fiscalização com mais eficácia. Podemos mostrar quanto está no plano de trabalho da OS e quanto foi repassado mês a mês. Em relação à adequação de recursos, os recursos que eram destinados a convênios foram todos para contratos de gestão. A Fundação Getúlio Vargas, na pessoa do Dr. Francisco Funcia foi contratada para ajudar na estruturação da SMS.

Cláudia Maria Afonso de Castro Coordenadora de Saúde da Região Leste e representante do Secretário Municipal da Saúde: Preocupação da Vita é pertinente. Se o Hospital de Vila Santa Catarina vai sair ou não são questões que devem ser pautadas. Em uma única reunião não é possível analisar todos os dados solicitados. A regulação compete à gestão e a gestão tem que dar conta das vagas necessárias de acordo com a gravidade. A informação tem que ser qualificada para que seja corretamente avaliada. Em relação ao WEBSAASS, solicita até amanhã o encaminhamento dos nomes para que possam agendar os dias de curso. Devemos ter controle e não só a gestão, mas o conselho também. É papel de cada instância dar a informação e tranquilidade para a população. Precisamos de instrumentos legais para dar tranquilidade e condições de gestão com qualidade. Não podemos nos omitir diante dos problemas. Não dá pra antecipar o final dos contratos. Quanto ao fechamento do AMA do Jardim Campos, foi feita discussão no local e também com a OS, porque lá já não existia mais AMA. Havia médico apenas dois dias da semana. Lá está sendo instalando um NIR. Diz ainda a SMS fechou um AMA, mas que os profissionais foram direcionados para o Jardim das Oliveiras. Ontem fomos a UBS Jardim Nélia e não

havia um médico na AMA. Se alguém fechou a unidade não foi a SMS. O SUS deve ser feito de forma integral.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Informa que o Dr. Proença terá que se retirar da reunião. Agradece a ele e diz que acatará sua proposta de reunião para o dia 15/08, para apresentação do plano de trabalho de cada OS, além de reuniões periódicas a cada 3 meses com as OS.

Cláudia Maria Afonso de Castro Coordenadora de Saúde da Região Leste e representante do Secretário Municipal da Saúde: Agradece pela participação, orgulhosa por sentar com pessoas que são sérias e que pensam no SUS de forma integral.

O Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Quer esclarecimentos sobre como ficará a situação dos trabalhadores de Parelheiros. Foi realizado um corte ou não de 25% de cada contrato? Está preocupado com a questão dos AMAs. Estão sendo fechados e sendo abertas UBS Integral que são equipamentos diferentes.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Solicita a apresentação do anexo técnico, junto com o orçamentário e a prestação de contas bem detalhada também. Em relação às reuniões trimestrais, que também participassem os demais setores da SMS, Coordenadorias, Supervisões. Na implementação dos novos contratos de gestão que se começa pelas AMAs.

O Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Fala que não houve corte de 25%. Os pagamentos das OS, a OS só assume os pagamentos no momento em que assume a unidade, até então é a outra OS. Quem arca com os contratos são as OS que estavam até o momento que as novas assumem.

O Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Propõe que a partir de hoje, os serviços realizados sejam garantidos nos momentos de crise sem afetar a população principalmente as epidemias. Deve haver uma garantia para o atendimento.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Propõe que o conselho faça uma moção de apoio ao plano de cargos e carreiras para as Organizações Sociais com a construção de uma agenda no tempo oportuno. Sente-se contemplado com a proposta de reuniões periódicas. Fala que os profissionais têm que ser valorizados. Profissionais que fazem seus trabalhos de forma inadequada geram custos. Por fim fala que a gestão deve fortalecer a condição primária à saúde, tendo como eixo principal a ESF. Precisa ser resolutiva. Fará o texto da moção para ser apresentado na próxima reunião.

O Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Temos que fazer uma discussão sobre o tratamento do Câncer. Lembrando que a maioria dos hospitais que fazem este tratamento estão na mão do Estado.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Não tem nada pessoal contra a Cláudia ou contra a gestão. Acha que a proposta da UBS Integral é muito boa. Já havia sido combinado a proposta de encontros trimestrais. Sugere que as prestações de contas por parte das Organizações sejam feitas no âmbito do território da coordenadoria e supervisão à qual a OS esteja vinculada. Diz que existe déficit nos contratos de gestão, sim. O quadro de funcionários que hoje trabalha exige um valor diferenciado.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Prestação de contas deve ser feita como é para a administração, já que a administração tem a obrigatoriedade de prestar contas a cada quatro meses, de preferência antes da SMS. A Lei 141 é a mesma para os dois. A prestação de contas tem que ser transparente com as informações da forma que temos pedido e não temos sido atendidos. O

plano de trabalho das OS deve ser debatido com os conselhos gestores das regiões. Nós não temos como saber o que a região precisa. Gostaria que o Ernane trouxesse as planilhas com os valores readequados. Em nome da Comissão de Orçamento, solicita que o Ernane traga essas informações para a comissão. O combinado era chamar o Ministério Público do Trabalho, a Comissão da Câmara, e foi retirado o convite.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Esclarece que foi feito o convite, mas que eles não puderam comparecer.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Sugere que nas prestações de contas das OS, seja convidado o Ministério Público do Trabalho, pois é parte interessada.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Concorda com a proposta do conselheiro Éder. Fala que a reunião proposta só tem sentido a cada três meses com discussão do sistema municipal de saúde se tiver participação de quem opera, ou seja, Gabinete do Secretário, Autarquia, COVISA, NTCSS e os Coordenadores. Quanto à prestação de contas, concorda que seja regional. O importante é que os conselheiros tenham as informações discriminadas, item por item, o que é de RH, informática, como custo de leitos, equipes.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Quer esclarecimento, pois propôs que os planos de trabalho viessem para cá, após passar pelos conselhos gestores e com o aval deles. Acha que a prestação de contas deva ser feita nas regiões, mas não abre mão da prestação de contas ao Conselho.

O Conselheiro Titular representante do Poder Público: Diz que é sua proposta, não estava se baseando na proposta de ninguém.

O Secretário Geral do Conselho: Primeira proposta: Reuniões periódicas com as OS a cada três meses, com o envolvimento de todas as áreas envolvidas. A primeira reunião será em Agosto com a pauta Apresentação do Plano de Trabalho de cada OS.

O Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Plano de trabalho já estabelecido no chamamento e será implantado.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Que venha com um parecer do Conselho Gestor da região sobre o plano.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: O anexo técnico tem todas as informações.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Pergunta se o Pleno aprova este primeiro encaminhamento com todos os detalhes.
Aprovado.

O Secretário Geral do Conselho: Segunda proposta: que nos novos contatos de gestão se de atenção especial primeiramente aos AMA.

A Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Na região da Penha tem seis AMA da SPDM e que não têm profissionais. Hoje com epidemia de dengue, essas coisas, quando for implementar, que se comece pelas AMA.

O Secretário Geral do Conselho: Garantia da manutenção dos serviços das OS, nos períodos de transição, em períodos de crises, epidemia.

Aprovado

O Secretário Geral do Conselho: Proposta de moção de apoio do conselheiro Éder.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Texto será apresentado no próximo pleno.

O Secretário Geral do Conselho: Pautar no Pleno a Rede de Oncologia. Informa que não poderá ser no próximo, pois a pauta já está feita.

O Secretário Geral do Conselho: Quanto ao documento citado pelo conselheiro Renato, Atas listas de presença das reuniões sobre AMA Jd. Campos informa que já há um documento na Comissão de Políticas de Saúde, e a comissão é quem deverá fazer o encaminhamento. Prestação de contas pelas OS ao conselho no mesmo molde das SMS. Convite às instâncias solicitadas.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: As OS devem detalhar os contratos que têm.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: As OS também devem prestar de contas nas suas regiões.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Próxima semana os segmentos indicam os representantes que terão acesso ao WEBSAASS.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: O WEBSAASS deve ser para todos os conselheiros.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Quer um cronograma de como serão as adequações dos contratos.

O Secretário Geral do Conselho: Há também a proposta de que na implantação dos novos contratos de gestão se dê atenção especial as AMA e que seja feito um cronograma de implementação.

O Conselheiro Titular representante dos Prestadores Filantrópicos: Quem será responsável por este cronograma?

A Conselheira Suplente representante dos Portadores de Patologias: A conselheira Adenilda está citando uma realidade dela. Não sabemos se em outras regiões é a mesma.

O Conselheiro Suplente representante do Poder Público: Os contratos têm um cronograma de implantação, contudo, é possível uma negociação para verificar esta ordem.

O Secretário Geral do Conselho: Que na implementação sejam priorizadas as Unidades de urgência e que seja elaborado um cronograma para acompanhamento. Moção de apoio do conselheiro Éder e apresentação da Rede de Oncologia em Pleno.

Aprovados por aclamação.

A Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Esta questão está relacionada com a Regulação. Outras doenças também têm problemas. Devemos chamar a Regulação Municipal e a Regulação Estadual para definirmos o que é prioridade e o que não é. Propõe um Pleno Extra para este assunto. Conseguiu inclusive a promessa do Dr. Uip que ele enviaria o pessoal do Estado para uma reunião.

A Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Diz que existe uma lei específica para essa questão.

O Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Este pleno é extraordinário, é de tema único. Não pode se tratar sobre isso.

A Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários e Coordenadora da Comissão Executiva: Sugere que a Comissão de Políticas de Saúde, após a realização da 18ª Conferência Municipal de Saúde pautar o tema.

Aprovado

Reunião encerrada às 20h.